

SUMÁRIO

Preparação para concurso público	37
1. A decisão	38
2. A preparação	38
3. A espera pela nomeação e a posse.....	39
Dicas para preparação específica ao cargo de Juiz do Trabalho Substituto e Procurador do Trabalho (MPT)	41
1. Introdução	41
1.1. Plano infalível.....	41
1.2. O seu pior inimigo antes e durante a preparação	42
1.3. Exercícios físicos durante a preparação para Magistratura e MPT.....	42
1.4. Sono, descanso e lazer	42
2. Preparação específica	43
2.1. Pergunta clássica: quantas horas de estudo diário são necessárias para aprovação?	43
2.2. Planilha e organização de estudos	44
2.2.1. Planilha – Dedicção exclusiva aos estudos.....	44
2.2.2. Planilha – Divisão do tempo entre trabalho e estudos.....	45
2.2.3. Monte a sua própria planilha	46
2.3. Dedicção às matérias dos concursos para Magistratura do Trabalho e MPT	47
2.4. Técnica de estudar em grupo – funciona?	47
2.5. Grupo de estudo virtual para troca de materiais e questionamentos nas últimas fases do concurso	48
2.5.1. Redes sociais e preparação para o concurso	48
2.6. Cursos preparatórios	49
2.6.1. Cursos presenciais.....	49
2.6.2. Cursos telepresenciais e os novos cursos on-line.....	49
2.7. Uso de estimulantes para turbinar os estudos ..	50
3. Cursos e Bibliografia básica para os concursos na área trabalhista	50
4. Momento em que o estudante decide desistir do curso	51

● PARTE I

DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO DIREITO DO TRABALHO

1. SURGIMENTO E HISTÓRICO DO DIREITO DO TRABALHO	55
1.1. Origem etimológica do termo “trabalho”	55
1.2. Relações de trabalho na Antiguidade.....	55
1.3. Relações de trabalho na Idade Média (séculos V ao XV).....	56
1.4. Relações de trabalho após a Revolução Industrial e o surgimento do Direito do Trabalho.....	57
2. Histórico do Direito do Trabalho no mundo	58
2.1. Formação do Direito do Trabalho.....	58
2.2. Sistematização e consolidação do Direito do Trabalho	59
2.3. Institucionalização do Direito do Trabalho.....	59
2.4. Crise e transição do Direito do Trabalho	60
3. Origem e evolução do Direito do Trabalho no Brasil .	61
3.1. Manifestações incipientes ou esparsas (1888-1930).....	61
3.2. Institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil (1930-1945)	62
3.3. Manutenção do modelo corporativista (1945 a 1988)	62
3.4. Transição democrática do Direito do Trabalho brasileiro	63
3.5. A onda renovatória do Direito do Trabalho brasileiro.....	64
4. Evolução das Constituições brasileiras	67
4.1. Constituição de 1824.....	67
4.2. Constituição de 1891	67
4.3. Constituição de 1934.....	68
4.4. Constituição de 1937	68

4.5. Constituição de 1946.....	69
4.6. Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1/1969.....	70
4.7. Constituição Federal de 1988.....	71

CAPÍTULO II

A REFORMA TRABALHISTA.....	75
1. Histórico.....	75
2. Valorização do negociado e impactos no direito e processo do trabalho.....	76
3. Reforma trabalhista e direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista 0 Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23).....	80
3.1. Normas processuais e Instrução Normativa nº 41 do TST.....	85

CAPÍTULO III

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....	87
1. Introdução ao Direito do Trabalho.....	87
1.1. Importância da CLT para o Direito do Trabalho.....	88
2. Fontes do direito do trabalho.....	88
2.1. Fontes materiais.....	88
2.2. Fontes formais.....	89
2.2.1. Fontes formais autônomas.....	89
2.2.2. Fontes formais heterônomas.....	90
2.2.3. Hierarquia das fontes formais.....	92
2.2.3.1. Hierarquia dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	92
2.2.4. Conflito entre fontes formais.....	93
3. Integração.....	95
3.1. Direito comum como fonte subsidiária (Reforma Trabalhista).....	96
3.2. Limitação à jurisprudência trabalhista (Reforma Trabalhista).....	96
3.2.1. Criação e alteração de súmulas e orientações jurisprudenciais do TST e dos TRTs.....	97
4. Princípios do Direito do Trabalho.....	98
4.1. Princípio da proteção ao trabalhador.....	99
4.1.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da proteção ao trabalhador....	99
4.1.2. <i>In dubio pro operario</i>	100
4.1.3. Norma mais favorável.....	100
4.1.3.1. Instrumentos coletivos de trabalho e princípio da norma mais favorável (Reforma Trabalhista).....	101
4.1.4. Condição mais benéfica.....	102
4.2. Princípio da imperatividade das normas trabalhistas.....	102

4.2.1. Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da imperatividade das normas trabalhistas.....	103
4.3. Princípio da primazia da realidade.....	104
4.3.1. Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado.....	104
4.4. Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado.....	105
4.4.1. Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado.....	105
4.5. Princípio da continuidade da relação de emprego.....	106
4.5.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da continuidade da relação de emprego.....	106
4.6. Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas.....	106
5. Flexibilização do Direito do Trabalho.....	108
5.1. Hipóteses de flexibilização.....	109
5.2. <i>Lay off</i>	110
5.2.1. Qualificação profissional (art. 476-A, CLT).....	111
5.3. Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas.....	112
6. Renúncia e transação.....	123
7. Comissão de Conciliação Prévia (artigos 625-A até 625-H da CLT).....	125
7.1. Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa.....	126
7.2. Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia.....	126
7.3. Consequências da conciliação firmada perante a CCP.....	127
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	129
9. Informativos do TST.....	130
10. Legislação relacionada ao capítulo.....	132
11. Questões fundamentadas.....	132
Gabarito.....	138
12. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	138
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	138

CAPÍTULO IV

SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO.....	143
1. Empregado.....	143
1.1. Requisitos da relação empregatícia.....	143
Princípios protetivos:.....	143
1.1.1. Alteridade.....	146
1.1.2. Reconhecimento do vínculo de emprego pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.....	147

1.1.3.	Limites ao reconhecimento do vínculo de emprego (Informativo nº 218 do TST)	147	3.2.2.1.	Jornada de trabalho e compensação	176
1.1.4.	Empregado “hipersuficiente” (Reforma Trabalhista)	147	3.2.2.2.	Trabalho em regime de tempo parcial	178
1.1.5.	Atividades de direção e assessoramento de partidos políticos	149	3.2.2.3.	Períodos de descanso	178
1.2.	Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego	150	3.2.2.4.	Contrato individual de trabalho	180
1.2.1.	Exclusividade	150	3.2.2.5.	Remuneração	182
1.2.2.	Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista)	150	3.2.2.6.	Proteção do trabalho da mulher	183
1.2.3.	Profissionalidade	152	3.2.2.7.	FGTS	184
1.3.	Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas)	152	3.2.2.8.	Seguro-desemprego	186
2.	Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS	154	3.2.2.9.	Aviso-prévio	187
2.1.	CTPS Digital (Carteira de Trabalho Digital)	155	3.2.2.10.	Término do contrato de trabalho	188
2.2.	Informações obrigatórias na CTPS	156	3.2.2.11.	Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT	190
2.3.	Valor das anotações da CTPS	157	3.2.2.12.	Papel da fiscalização do Trabalho	191
2.4.	Anotação em CTPS	158	3.2.2.13.	Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito	191
2.4.1.	Anotações gerais e anotações especiais	158	3.3.	Empregado público	196
2.4.2.	Anotações sobre a remuneração	159	3.3.1.	Introdução	196
2.4.3.	Apresentação da CTPS	159	3.3.2.	Regime jurídico único (ADI 2135/DF)	196
2.4.4.	Registros eletrônicos equivalentes às anotações	160	3.3.3.	Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público	198
2.4.5.	Prazo para acesso às informações de anotação	160	3.3.4.	Estabilidade do empregado público	202
2.4.6.	Multa pelo descumprimento do dever de anotação	160	3.3.4.1.	Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF)	202
2.4.7.	Vedação de anotações desabonadoras	160	3.3.4.2.	Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF)	204
2.5.	Registro de empregados	161	3.3.5.	Aplicação dos dispositivos da Reforma Trabalhista aos empregados públicos	206
2.5.1.	Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista)	162	3.3.5.1.	Jornada 12x36	206
2.5.2.	Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista)	163	3.3.5.2.	Distrato	206
2.6.	Exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT)	164	3.3.5.3.	Teletrabalho	207
2.7.	Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais	164	3.3.5.4.	Trabalho intermitente	207
2.8.	Carta de recomendação do ex-empregado	166	3.3.6.	Vedação à redução de salários e de jornada e suspensão contratual dos empregados públicos durante a pandemia	208
3.	Relações empregatícias especiais	167	3.4.	Proteção do trabalho do adolescente	208
3.1.	Empregado rural	167	3.4.1.	Jornada de trabalho do adolescente	210
3.1.1.	Identificação da figura do empregado e empregador rural	167	3.4.2.	Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente	211
3.1.2.	Peculiaridades dos empregados rurais	168	3.4.2.1.	Trabalho infantil artístico	212
3.1.3.	Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5889/73)	170	3.4.2.2.	Dos direitos de profissionalização e à proteção do trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 e alterações)	214
3.1.4.	Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural	170			
3.1.5.	Prescrição aplicável ao contrato de trabalho rural	170			
3.2.	Empregado doméstico	171			
3.2.1.	Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico	174			
3.2.2.	Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015	175			

3.4.2.3. Trabalho educativo.....	214	4.2. As cotas para pessoas com deficiência e reabilitados (art. 93 da Lei nº 8.213/1991)	254
3.4.3. Do papel dos representantes legais do adolescente.....	214	4.2.1. Base de cálculo e composição efetiva da cota de pessoas com deficiência e reabilitados.....	254
3.4.4. Das férias	215	4.2.1.1. Trabalhadores intermitentes e a cota legal de pessoas com deficiência e reabilitados	255
3.4.5. Do salário.....	215	4.2.2. O papel do MTE e do MPT no cumprimento das cotas para pessoas com deficiência e reabilitados	256
3.4.6. Da prescrição.....	215	4.2.3. Flexibilização da cota de pessoas com deficiência e reabilitados	257
3.4.7. Meio Ambiente de Trabalho.....	216	4.2.3.1. A possibilidade de aplicação da cota social na cota de pessoas com deficiência e reabilitados.....	258
3.5. Aprendiz.....	217	4.2.3.2. Perícia e prova testemunhal para comprovar a impossibilidade de cumprimento da cota para pessoas com deficiência e reabilitados	259
3.5.1. Contrato de trabalho especial	218	4.2.4. Benefício de Prestação Continuada (LOAS) e a dificuldade de contratação de pessoas com deficiência.....	259
3.5.2. Prazo para o contrato de aprendizagem	218	4.2.5. Descumprimento da cota legal e o dano moral coletivo	260
3.5.3. FGTS.....	218	4.2.5.1. O TST e a inaplicabilidade de multa ou dano moral coletivo em caso de comprovado esforço para o cumprimento da cota de pessoas com deficiência e reabilitados.....	261
3.5.4. Obrigatoriedade na contratação de aprendizes.....	219	4.2.5.3. Término do contrato de trabalho da pessoa com deficiência	261
3.5.4.1. Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas.....	220	5. Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício.....	262
3.5.5. Jornada de trabalho do aprendiz	220	5.1. Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista	262
3.5.6. Vínculo empregatício do aprendiz	221	5.1.1. Regulamentação do trabalho autônomo pela Portaria nº 349/2018 (anulada) e pela Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego	264
3.5.7. Extinção do contrato de aprendizagem	221	5.1.2. Uberização das relações de trabalho.....	265
3.6. Proteção do trabalho da Mulher	221	5.1.2.1. Cooperativismo de plataforma	267
3.6.1. Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23)	222	5.1.2.2. Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega (Lei nº 14.297/2021).....	268
3.6.2. Proteção à maternidade.....	223	5.1.2.3. Projeto de Lei Complementar n. 12/2024 (Trabalhador autônomo por plataforma)....	268
3.6.2.1. Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista).....	225	5.1.3. Corretor de imóveis	271
3.6.2.2. Licença-maternidade.....	227	5.1.4. Transportador autônomo de cargas (MEI Caminhoneiro)	271
3.6.2.3. Estabilidade da gestante	232	5.1.5. Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais ...	271
3.6.3. Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022)	238		
3.6.3.1. Do apoio à parentalidade na primeira infância.....	239		
3.6.3.2. Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho	240		
3.6.3.3. Das medidas para qualificação de mulheres	241		
3.6.3.4. Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade.....	241		
3.6.3.5. Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho.....	242		
3.6.3.6. Do Selo Emprega + Mulher ...	242		
3.6.3.7. Alterações na CLT.....	243		
3.6.4. Meio ambiente de trabalho.....	243		
3.6.4.1. Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	244		
3.6.4.2. Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022)	248		
3.6.4.3. Revistas íntimas	249		
3.6.4.4. Fim do intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista).....	250		
3.7. Mãe Social.....	252		
4.1. Quem é a pessoa com deficiência?.....	253		

5.1.6. Advogado associado e outras formas de contratação além do vínculo empregatício (STF).....	272	6.5.2.5. Fiscalização por câmeras	302
5.2. Trabalhador eventual	272	6.5.2.6. Uso de polígrafo (detector de mentiras).....	302
5.3. Trabalhador avulso.....	273	6.5.2.7. Programas espíões de controle de atividade.....	303
5.3.1. Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013).....	273	6.5.2.8. Restrições ao porte e uso do celular	303
5.3.2. Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009).....	275	6.5.2.9. Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados	305
5.4. Trabalhador voluntário	276	6.5.3. Poder disciplinar	305
5.4.1. Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário.....	276	6.5.3.1. Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista).....	306
5.5. Cooperado.....	277	6.5.4. Reintegração.....	307
5.6. Estagiário.....	279	7. Terceirização	311
5.6.1. Introdução.....	279	7.1. Introdução	311
5.6.2. Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio)	279	7.2. Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma Trabalhista).....	312
5.6.3. Conceito de estágio.....	279	7.2.1. Súmula nº 331 do TST.....	313
5.6.4. Requisitos para existência do estágio regular	279	7.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	314
5.6.5. Agentes de integração	280	7.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	314
5.6.6. Partes envolvidas no estágio	280	7.2.5. Direito intertemporal	316
5.6.6.1. Instituição de ensino.....	280	7.2.6. Requisitos para terceirização lícita e a capacidade econômica da empresa prestadora de serviços	316
5.6.6.2. Parte concedente	280	7.2.7. Fraude na terceirização	317
5.6.6.3. Estagiário.....	281	7.2.7.1. Terceirização nas empresas de “call center”	317
5.6.7. Fraude no estágio.....	282	7.2.8. Críticas à legislação vigente	318
6. Empregador.....	283	7.2.9. Quarteirização.....	318
6.1. Empregador e princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus e na legislação de exceção	283	7.3. Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros	318
6.2. Grupo econômico.....	284	7.4. Requisitos do contrato de terceirização.....	319
6.2.1. Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista)	284	7.5. Responsabilidade da tomadora	319
6.2.2. Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico.....	285	7.5.1. Direito dos terceirizados	320
6.2.3. Contrato único	286	7.5.2. Condições de trabalho (Reforma Trabalhista).....	321
6.3. Sucessão de empresas.....	287	7.5.2.1. Súmula nº 331 do TST.....	322
6.3.1. Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista)	287	7.5.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)..	322
6.3.2. Sucessão na Nova Lei de Falências...	289	7.5.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	322
6.3.3. Sucessão entre entes de Direito Público	289	7.5.3. Salário equivalente.....	323
6.3.4. Sucessão em cartórios extrajudiciais	289	7.5.3.1. Regulamentação prevista na OJ nº 383 da SDI-I do TST.....	323
6.3.5. Sucessão em razão da privatização..	290	7.6. “Quarentena” e reforma trabalhista	325
6.4. Sócio retirante (Reforma Trabalhista).....	291	7.6.1. Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros	325
6.4.1. Responsabilidade do sócio retirante	291	7.6.1.1. Súmula nº 331 do TST.....	325
6.5. Poderes do empregador	292	7.6.1.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)..	326
6.5.1. Poder de organização	292	7.6.1.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	326
6.5.1.1. Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista).....	293		
6.5.1.3. Organizações de tendência..	296		
6.5.2. Poder de controle.....	299		
6.5.2.1. Limitação do uso de banheiros.....	299		
6.5.2.2. Correio eletrônico.....	300		
6.5.2.3. Revistas íntimas.....	301		
6.5.2.4. Revistas pessoais	301		

7.6.2.	Período de quarentena do empregado terceirizado.....	326
7.6.2.1.	Súmula nº 331 do TST.....	326
7.6.2.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)..	326
7.6.2.3.	Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)	327
7.7.	Terceirização na Administração Pública.....	327
7.7.1.	Fraude na terceirização da Administração Pública.....	327
7.7.2.	Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas.....	328
7.7.2.1.	Terceirização na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)	329
7.7.3.	Organizações sociais	330
7.7.4.	Terceirização na Administração Pública Federal (Decreto nº 9.507/2018)	331
8.	Agências de colocação e recrutamento (Convenção 181 da OIT)	332
9.	DONO DA OBRA E SUBEMPREGADA.....	333
9.1.	Responsabilidade do empreiteiro na subempreitada	333
9.2.	Responsabilidade do dono da obra.....	334
10.	Trabalho temporário	336
10.1.	Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação	337
10.2.	Trabalho temporário e a contratação no período de greve	338
10.3.	Empresa de trabalho temporário	339
10.3.1.	Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário	340
10.4.	Empresa tomadora de serviços	340
10.5.	Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços.....	341
10.6.	Condições de trabalho.....	342
10.7.	Abrangência de atividades do trabalho temporário.....	342
10.8.	Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços	342
10.9.	Prazo do trabalho temporário	343
10.10.	Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva	344
10.11.	Responsabilidade do tomador dos serviços.....	344
10.12.	Direitos assegurados aos trabalhadores temporários.....	345
10.12.1.	Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	346
10.13.	Diferenças entre terceirização e trabalho temporário.....	347
11.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	348
11.	Informativos do TST.....	350

12.	Legislação relacionada ao capítulo	362
13.	Questões fundamentadas	364
	Gabarito.....	380
14.	Meu resumo para memorização do capítulo	382
14.1.	Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	382

CAPÍTULO V

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	393	
1.	Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego.....	393
2.	Características do contrato de trabalho.....	395
3.	Elementos do contrato de trabalho.....	396
3.1.	Nulidades do contrato de trabalho.....	396
3.1.1.	Trabalho proibido.....	397
3.1.2.	Trabalho ilícito.....	398
3.2.	Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho.....	398
3.2.1.	LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista.....	399
3.2.2.	Hipóteses de tratamento de dados.....	400
3.2.3.	Tratamento de dados de empregados adolescentes.....	401
3.2.4.	Análise de situações concretas de aplicação da LGPD nas relações de trabalho.....	401
3.2.4.1.	Tratamento de dados na fase pré-contratual	402
3.2.4.2.	Tratamento de dados na vigência do contrato de trabalho.....	402
3.2.4.3.	Tratamento de dados após o término do contrato de trabalho.....	402
3.2.5.	Norma coletiva e uso de dados pessoais.....	403
3.2.6.	Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho	403
3.2.7.	Responsabilidade do empregador para com terceiros e empregados pelo uso indevido e vazamento de dados pessoais	404
4.	Classificação dos contratos de trabalho.....	405
4.1.	Contrato por prazo determinado	405
4.2.	Hipóteses previstas na CLT.....	406
4.2.1.	Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos)	407
4.3.	Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado	407
4.4.	Nova contratação.....	408
4.5.	Término do contrato por prazo determinado.....	409

4.5.1. Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015).....	410	8. Informativos do TST	440
4.5.2. Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT)	411	9. Legislação relacionada ao capítulo.....	445
4.6. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98	412	10. Questões fundamentadas	445
4.6.1. Características	412	11. Meu resumo para memorização do Capítulo	454
4.7. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	412	11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?..	454
4.7.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável	413		
4.7.2. Conceito de trabalho intermitente.....	413		
4.7.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas.....	414		
4.7.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores.....	415		
4.7.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente (ADI 5826)	415		
4.8. Regulamentação do trabalho intermitente.....	416		
4.8.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador	418		
4.8.2. Multa por descumprimento do acordo.....	419		
4.8.3. Direitos do empregado em trabalho intermitente.....	421		
4.8.4. Acordo individual entre empregado e empregador.....	422		
4.8.5. Trabalho intermitente durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção	423		
4.9. Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP nº 905/2019 – vigência encerrada).....	423		
5. Alteração do contrato de trabalho	425		
5.1. Jus variandi – Alteração unilateral do contrato de trabalho	425		
5.2. Reversão.....	427		
5.3. Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista).....	428		
5.3.1. Conceito de gratificação.....	428		
5.3.2. Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão	428		
5.3.3. Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista.....	428		
5.3.4. Direito intertemporal	429		
5.3.5. Limites à supressão de gratificação de função	429		
5.4. Transferência de empregados.....	430		
6. Suspensão e interrupção.....	431		
6.1. Hipóteses de interrupção	431		
6.2. Hipóteses de suspensão	433		
6.3. Casos controvertidos	435		
6.4. Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada) e legislação de exceção	438		
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	439		

CAPÍTULO VI

DURAÇÃO DO TRABALHO..... 457

1. Duração do trabalho.....	457
1.1. Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto	457
1.1.1. Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	457
1.1.2. Tempo à disposição do empregador	459
1.1.2.1. Viagens para participação em cursos e treinamentos exigidos pela empresa e tempo à disposição do empregador	460
1.1.3. Controle de jornada e registro de ponto	461
1.1.4. Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional	463
1.1.5. Cartões britânicos	463
1.1.6. Registro de ponto por exceção	464
1.2. Horas in itinere (Reforma Trabalhista)	465
1.2.1. Horas in itinere antes da Reforma Trabalhista.....	465
1.2.2. Horas in itinere depois da Reforma Trabalhista.....	466
1.2.4. Tempo médio das horas in itinere	471
1.3. Sobreaviso e prontidão.....	472
1.4. Empregados não submetidos à limitação da jornada	473
1.4.1. Gerentes com poderes de gestão.....	474
1.4.2. Atividade externa.....	474
1.4.2.1. Motoristas.....	474
1.4.3. Teletrabalho ou trabalho remoto	484
1.4.3.1. Caracterização do teletrabalho	486
1.4.3.2. Solenidade para o teletrabalho.....	487
1.4.3.3. Alteração do regime presencial para teletrabalho	488
1.4.3.4. Alteração do regime de teletrabalho para o presencial	489
1.4.3.5. Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto.....	489
1.4.3.6. Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho	490
1.4.3.7. Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022.....	491
1.4.3.8. Teletrabalho durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 1.046/2021 e 927/2020) e legislação de exceção.....	493

1.5. Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT)	494	2.5.1. Força maior	523
1.5.1. Salário proporcional	496	2.5.2. Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos ...	524
1.5.2. Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial	496	2.6. Recuperação de horas	525
1.5.3. Adicional de horas extras	496	3. Período de descanso	526
1.5.4. Compensação de jornada	498	3.1. Intervalos	526
1.5.5. Férias dos empregados em regime de tempo parcial	498	3.1.1. Intervalo intrajornada	526
1.5.6. Abono pecuniário de férias	499	3.1.1.1. Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	528
1.5.7. Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista - Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23)	500	3.1.1.2. Limite de tolerância no intervalo intrajornada	530
1.5.8. Empregado doméstico	501	3.1.1.3. Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	531
1.6. Turnos ininterruptos de revezamento	501	3.1.1.4. Intervalos remunerados	532
1.7. Trabalho noturno	503	3.1.2. Intervalo interjornada	535
1.7.1. Horários mistos	504	3.2. DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49)	537
1.7.2. Prorrogação do horário noturno	504	3.2.1. Atestados médicos no Direito do Trabalho	538
1.8. Jornada do bancário	505	3.2.1.1. Exigência de CID em atestados médicos	539
1.8.1. Divisor da hora de salário do bancário ..	506	3.2.1.2. Efeitos jurídicos da alta médica concedida pelo INSS e limbo jurídico previdenciário ..	539
2. Trabalho extraordinário (REFORMA TRABALHISTA): hipóteses de prorrogação	507	3.2.2. Trabalho no DSR e feriados	542
2.1. Limite de tolerância (Reforma Trabalhista)	508	3.2.2.1. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral	543
2.1.1. Limite de tolerância no intervalo intrajornada	509	3.2.2.2. Autorização para o trabalho em domingos e feriados no comércio em geral	545
2.2. Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista) ...	510	3.2.3. Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres	545
2.3. Compensação (Reforma Trabalhista)	511	3.2.4. Consequências do trabalho no DSR	546
2.3.1. Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada	512	3.2.5. Remuneração do DSR	547
2.3.2. Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada	512	3.2.5.1. Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST ..	548
2.3.3. Banco de horas (Reforma Trabalhista) ..	513	3.3. Feriados	549
2.3.3.1. Banco de horas antecipado durante a pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 – vigência encerrada) e legislação de exceção	514	3.3.1. Antecipação de feriados na pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 e 1.046/2021, vigência encerrada) e legislação de exceção	550
2.3.4. Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista)	515	3.4. Férias	551
2.3.4.1. Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres	515	3.4.1. Introdução	551
2.4. Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista)	516	3.4.2. Período aquisitivo	551
2.4.1. Regulamentação da Jornada 12x36	516	3.4.3. Duração do período de férias	551
2.4.2. Jornada 12x36 na jurisprudência do TST ..	517	3.4.4. Perda do direito de férias	552
2.4.3. Jornada 12x36 na Reforma Trabalhista e impactos na Súmula 444 do TST	518	3.4.4.1. Tema nº 221 da Repercussão Geral do STF	552
2.4.4. Prestação de horas extras habituais e descaracterização da jornada 12x36	518	3.4.5. Período concessivo	552
2.4.5. Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36	519	3.4.6. Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista)	553
2.4.6. Trabalho no DSR e feriados	520	3.4.6.1. Empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos	555
2.4.7. Trabalho noturno em jornada 12 x 36	520	3.4.7. Remuneração das férias	555
2.4.8. Jornada 12x36 em atividades insalubres ..	521		
2.4.9. Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico	522		
2.5. Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista)	523		

3.4.8. Abono pecuniário de férias.....	556	2.1.1. Época do pagamento das comissões e percentagens.....	606
3.4.9. Férias concedidas após o período concessivo.....	557	2.2. Gratificações (Reforma Trabalhista).....	606
3.4.9.1. ADPF 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST.....	557	2.2.1. Gratificação de função de confiança (Reforma Trabalhista).....	607
3.4.10. Férias do professor.....	558	2.2.2. Gratificação por tempo de serviço.....	609
3.4.11. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais.....	559	2.2.3. Gratificação semestral.....	609
3.4.12. Prescrição.....	561	2.3. Décimo terceiro salário.....	610
3.4.13. Férias individuais durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 927/2020 e 1.046/2021 – vigência encerrada) e legislação de exceção.....	561	2.3.1. Décimo terceiro salário proporcional....	611
3.4.14. Férias coletivas.....	561	2.4. Outras parcelas salariais.....	611
3.4.14.1. Concessão de férias coletivas durante a pandemia (MP nº 927/2020 e MP nº 1.046/2021, vigência encerrada) e legislação de exceção.....	562	2.5. Adicionais salariais.....	612
4. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	563	2.5.1. Adicional de hora extraordinário.....	612
5. Informativos do TST.....	568	2.5.1.1. Introdução.....	612
6. Legislação relacionada ao capítulo.....	581	2.5.1.1. Elevação do divisor do salário-hora por instrumento coletivo de trabalho.....	614
7. Questões fundamentadas.....	582	2.5.2. Adicional noturno.....	615
8. Meu resumo para memorização do CAPÍTULO.....	588	2.5.3. Adicional de transferência.....	616
8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	589	2.5.4. Adicional de periculosidade.....	616
		2.5.4.1. Atividades perigosas.....	617
		2.5.4.2. Base de cálculo.....	618
		2.5.4.3. Necessidade de perícia.....	619
		2.5.4.4. Cumulação do adicional de periculosidade.....	620
		2.5.4.5. Da flexibilização do adicional de periculosidade.....	621
		2.5.5. Adicional de insalubridade.....	623
		2.5.5.1. Base de cálculo.....	624
		2.5.5.2. Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista).....	625
		2.5.5.3. Reflexo nas demais parcelas.....	627
		2.5.5.4. Ambientes insalubres e horas extras.....	628
		2.5.5.5. Fornecimento de EPI e Ambiente de trabalho.....	628
		2.5.5.5.1. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Previdência (NR-06).....	629
		2.5.5.6. Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista).....	630
		2.5.5.7. Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF).....	630
		3. Parcelas sem natureza salarial.....	631
		3.1. Participação nos lucros e resultados – PLR.....	631
		3.1.1. E se a empresa não tiver lucro?.....	632
		3.1.2. Se o trabalhador não bater a meta / atingir os objetivos dispostos em ACT ou CCT?.....	632
		3.1.3. PLR proporcional.....	632
		3.1.4. Flexibilização da PLR: a Súmula nº 451 do TST está superada?.....	633
		3.2. Ajuda de custo.....	633
		3.3. Diárias para viagem (Reforma Trabalhista).....	633
		3.4. Vale-transporte.....	634
		3.4.1. Desconto no salário do empregado.....	634
		3.4.2. Natureza jurídica da parcela.....	634

CAPÍTULO VII

REMUNERAÇÃO

1. Salário e remuneração.....	597
1.1. Gorjetas.....	597
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos.....	597
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017.....	597
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	598
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”).....	598
1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.....	598
1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada).....	598
1.1.7. Gueltas.....	599
1.2. Salário-mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo.....	599
1.2.1. Salário mínimo do professor.....	601
1.2.2. Salários profissionais e normativos.....	601
1.2.2.1. Piso salarial nacional da enfermagem.....	602
1.3. Salário compressivo.....	602
2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista).....	603
2.1. Comissões e percentagens.....	604

3.4.3.	Vale-transporte nas férias e faltas do empregado.....	634	8.3.	Semelhanças e diferenças entre o acúmulo de função e o desvio de função.....	664
3.4.4.	Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso.....	635	9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	666
3.4.5.	Declaração falsa e mau uso do vale-transporte.....	635	10.	Informativos do TST.....	671
3.4.6.	Ônus da prova.....	635	11.	Legislação relacionada ao capítulo.....	682
3.5.	Salário-família.....	635	12.	Questões fundamentadas.....	683
3.5.1.	Carência.....	636	13.	Meu resumo para memorização do Capítulo.....	690
3.5.2.	Valor do benefício.....	636	13.1.	Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	690
3.5.3.	Cessaçao do benefício.....	636			
3.6.	PIS/PASEP.....	636	CAPÍTULO VIII		
3.7.	Stock option.....	637	ESTABILIDADE E FGTS.....		697
3.8.	Abonos (Reforma Trabalhista).....	638	1.	Introdução.....	697
3.9.	Prêmios (Reforma Trabalhista).....	638	2.	Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do stf sobre a convenção 158 da oit.....	697
3.9.1.	Prêmios na MP nº 905/2019 (Revogada).....	638	2.1.	Causa justificada e justa causa.....	698
3.9.2.	Bichos.....	639	2.2.	Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho.....	698
3.10.	Auxílio-alimentação (Reforma Trabalhista).....	639	2.3.	Julgamento das ADI 1625 e ADC 39.....	699
4.	Salário-utilidade ou salário in natura.....	640	3.	Estabilidade por tempo de serviço.....	700
4.1.	Natureza jurídica da utilidade.....	641	4.	Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias.....	700
5.	Da forma, do tempo e do local do pagamento.....	643	4.1.	Dirigente sindical.....	700
6.	Garantias de proteção ao salário.....	644	4.2.	Empregada gestante.....	703
6.1.	Irredutibilidade salarial.....	645	4.2.1.	Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado.....	705
6.1.1.	Redução proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção.....	645	4.2.1.1.	Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?.....	706
6.2.	Intangibilidade salarial.....	647	4.2.2.	Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária.....	706
6.3.	Vedação ao truck system.....	648	4.2.2.1.	Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF)....	707
6.4.	Pagamento na primeira audiência judicial.....	648	4.2.3.	Exigência de certidão de nascimento do filho.....	709
6.5.	Proteção em face dos credores.....	649	4.2.4.	Efeitos da dispensa da gestante.....	709
6.6.	Pagamento por fora ou extrafolha.....	649	4.2.5.	Estabilidade da gestante e redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção.....	710
7.	Equiparação salarial (Reforma Trabalhista).....	650	4.2.6.	Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres.....	710
7.1.	Requisitos da equiparação salarial.....	651	4.2.7.	Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022).....	711
7.1.1.	Identidade de empregadores.....	651	4.3.	Empregado representante da CIPA.....	712
7.1.2.	Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador.....	652	4.4.	Empregado acidentado.....	713
7.1.3.	Identidade de funções.....	653	4.5.	Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP.....	714
7.1.4.	Trabalho de igual valor.....	653	4.6.	Representante dos empregados (Reforma Trabalhista).....	714
7.1.5.	Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma função de, no máximo, 2 anos.....	654	4.7.	Outras hipóteses.....	715
7.1.6.	Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários.....	654	4.7.1.	Membros do Conselho Nacional da Previdência Social.....	715
7.1.6.1.	Critérios de promoção por antiguidade e merecimento..	655			
7.2.	Trabalhador readaptado.....	656			
7.3.	Equiparação salarial na Administração Pública..	656			
7.4.	Equiparação salarial em cadeia.....	657			
7.5.	Multa por conduta discriminatória.....	658			
7.6.	Equiparação por equivalência e salário-substituição.....	660			
8.	Acúmulo de função e desvio de função.....	661			
8.1.	Acúmulo de função.....	661			
8.2.	Desvio de função.....	663			

4.7.2. Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.....	715	1.1. Introdução	747
4.7.3. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas.....	715	1.2. Deveres do empregador	748
4.7.4. Empregado público	716	1.3. Deveres do empregado.....	749
4.7.4.1. Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF).....	716	1.4. Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego	749
4.7.4.2. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF)....	718	1.4.1. Interdição ou embargo e inspeção prévia	750
4.7.5. Pandemia – Estabilidade provisória na hipótese de redução de salários e de jornada ou de suspensão temporária do contrato de trabalho (art. 10 da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção ..	718	1.4.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).....	752
4.7.6. Estabilidade da pessoa com deficiência durante a pandemia do coronavírus (art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção.....	719	1.5. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio	753
4.7.7. Programa Especial de Suporte a Empregos (Lei nº 14.043/2020)	719	1.5.1. Objetivos e atribuições da CIPA.....	753
4.8. Compromissos públicos de manutenção de emprego	719	1.5.2. Constituição e organização da CIPA.....	754
5. Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS.....	720	1.5.3. Mandato e estabilidade.....	755
5.1. Introdução	720	1.6. Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho	756
5.2. Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS	721	2. da reparação do dano nas relações de trabalho e indenizações	757
5.3. Trabalhadores com direito ao FGTS	723	2.1. Introdução	757
5.4. Alíquotas e depósitos	723	2.2. Dano material ou patrimonial	758
5.4.1. Correção monetária dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS (ADI 5090/DF).....	724	2.3. Dano moral ou extrapatrimonial (Reforma Trabalhista)	758
5.5. Hipóteses de saque dos depósitos.....	725	2.3.1. Regulamentação do dano extrapatrimonial.....	758
5.5.1. Saque do FGTS e desastres naturais	726	2.3.2. Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial	760
5.5.2. A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário.....	727	2.3.2.1. Dano imaterial	760
5.5.3. Indenização sobre o FGTS.....	728	2.3.2.2. Ação ou omissão e nexocausal	761
5.6. Prescrição.....	728	2.3.2.3. Culpa em sentido lato.....	761
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	730	2.3.3. Titularidade do direito à reparação do dano	761
7. Informativos do TST.....	732	2.3.4. Bens jurídicos tutelados	763
8. Legislação relacionada ao capítulo.....	736	2.3.4.1. Bens juridicamente tutelados da pessoa física	763
9. Questões fundamentadas.....	736	2.3.4.2. Bens juridicamente tutelados da pessoa jurídica	764
9. Meu resumo para memorização do Capítulo	741	2.3.5. Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão.....	765
9.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	741	2.3.6. Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais.....	765
		2.3.6.1. Perdas e danos	766
		2.3.7. Arbitramento do dano moral.....	767
		2.3.7.1. Da inconstitucionalidade do dispositivo (ADI 6050 – interpretação conforme à Constituição)	769
		2.3.8. Dano moral coletivo	770
		2.3.9. Existe dano moral automático? O que é dano moral in re ipsa?.....	770
		2.4. Dano estético	771
		2.5. Dano existencial	772
		2.5.1. Direito à desconexão.....	773
		2.6. Assédio nas relações de trabalho.....	773
		2.6.1. Assédio moral.....	773
		2.6.2. Assédio eleitoral.....	774
		2.6.3. Assédio sexual.....	776

CAPÍTULO IX

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E INDENIZAÇÕES

1. Segurança e Medicina do Trabalho (meio ambiente de trabalho).....	747
--	-----

2.6.3.1. Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência.....	777	1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador.....	809
2.6.4. Assédio processual.....	778	1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado.....	812
2.6.5. Assédio religioso.....	779	1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado.....	812
2.7. Do papel de outros agentes e órgãos de proteção no combate ao assédio nas organizações...	779	1.5. Reconsideração do aviso-prévio.....	812
2.8. Competência para julgar ações envolvendo dano moral.....	780	1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio.....	813
3. Responsabilidade civil decorrente de acidentes de trabalho.....	780	2. Término do contrato de trabalho.....	813
3.1. Introdução.....	780	2.1. Resilição.....	814
3.2. Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro.....	780	2.1.1. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT.....	814
3.3. Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho.....	781	2.1.2. Hipóteses de resilição unilateral.....	814
3.3.1. Acidente de trabalho.....	781	2.1.2.1. Pedido de demissão.....	814
3.3.1.1. Acidente de trabalho típico...	781	2.1.2.2. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV.....	818
3.3.1.2. Acidente de trabalho equiparado.....	782	2.1.2.3.1. Natureza jurídica do PDV.....	818
3.3.1.3. Doença ocupacional e COVID-19.....	784	2.1.2.3.2. Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista.....	818
3.3.1.4. Trabalhador autônomo e acidente de trabalho.....	784	2.1.2.3.3. Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos.....	819
3.3.2. Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT.....	785	2.1.2.3.4. Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista.....	819
3.3.3. Nexo de causalidade.....	785	2.1.2.3.5. Quitação plena e irrevogável.....	820
3.3.4. Estabilidade do acidentado.....	786	2.1.3. Resilição Bilateral: Distrato (Reforma Trabalhista).....	821
3.3.5. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador.....	787	2.1.3.1. Verbas rescisórias devidas no distrato.....	823
3.4. Reparação do dano decorrente de acidentes de trabalho.....	789	2.1.3.2. Saque dos depósitos do FGTS.....	823
3.4.1. Dano material e moral.....	789	2.1.3.3. Projeção do aviso prévio indenizado no distrato.....	824
3.4.2. Perda de uma chance.....	789	2.1.3.4. Seguro-desemprego.....	824
3.4.3. Indenização por morte da vítima.....	790	2.2. Resolução.....	825
3.4.4. Indenização por incapacidade transitória.....	790	2.2.1. Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT.....	825
3.4.5. Indenização por incapacidade permanente (invalidez).....	791	2.2.2. Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT.....	829
3.4.6. Dano estético.....	791	2.2.3. Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST).....	831
3.5. Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho.....	791	2.3. Rescisão.....	833
4. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	793	2.4. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	833
5. Informativos do TST.....	793	2.4.1. Término do contrato por prazo determinado.....	833
6. Legislação relacionada ao capítulo.....	798	2.4.2. Força maior.....	834
7. Questões fundamentadas.....	798	2.4.2.1. Dispensa por força maior durante a pandemia.....	834
8. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	804	2.4.3. Morte do empregador – art. 485, CLT... ..	835
8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	804	2.4.4. Aposentadoria.....	835
		2.4.5. Fato do príncipe ou factum principis....	836
		2.4.5.1. Fato do príncipe durante a pandemia.....	836
		2.4.6. Dispensa discriminatória.....	837
		2.4.6.1. Indenização dobrada pela dispensa discriminatória.....	838

CAPÍTULO X

AVISO-PRÉVIO, TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....

1. Aviso-prévio.....	807
1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio.....	808

2.4.6.2. ADPF 648 e a constitucionalidade da Súmula nº 443 do TST	839
2.4.7. Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência	839
2.5. Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista)	840
2.5.1. Extinção da homologação das verbas trabalhistas	841
2.5.1.1. Homologação de acordo extrajudicial	842
2.5.2. Recibo de quitação das verbas trabalhistas	843
2.5.3. Forma de pagamento das verbas rescisórias	843
2.5.4. Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho	843
2.5.5. Fim da assistência na rescisão contratual	845
2.5.6. Multa do art. 477, § 8º, CLT	845
2.5.7. Reconhecimento judicial do vínculo de emprego	845
2.5.8. Questões controvertidas acerca da multa do art. 477 da CLT	846
2.5.9. Administração Pública e Massa falida	846
2.5.10. Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT	847
2.5.11. Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego	848
2.6. Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista)	848
3. Prescrição e decadência	851
3.1. Prescrição	851
3.1.1. Prazos prescricionais	852
3.1.2. Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista)	853
3.1.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista)	855
3.1.3.1. Prazos prescricionais durante a pandemia de COVID-19 e legislação de exceção	857
3.1.4. Prescrição do FGTS	857
3.1.5. Prescrição do avulso	858
3.1.6. Imprescritibilidade das anotações na CTPS e retificação do PPP	859
3.1.7. Prescrição de ofício	860
3.1.8. Prescrição intercorrente	860
3.1.8.1. Posicionamento dos tribunais antes da Lei	861
3.1.8.2. Prazo de 2 anos	861
3.2. Decadência	863
4. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	864
5. Informativos do TST	867
6. Legislação relacionada ao capítulo	875
7. Questões fundamentadas	876
8. Meu resumo para memorização do Capítulo	882
8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	882
CAPÍTULO XI	
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	889
1. Introdução	889
2. Princípios específicos de Direito Coletivo do Trabalho	890
2.1. Liberdade sindical	890
2.2. Princípio da autorregulamentação	892
2.3. Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada	892
2.4. Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência	894
3. Organização sindical brasileira	895
3.1. Sindicatos	895
3.1.1. Divisão dos sindicatos em categorias	895
3.1.1.1. Criação do sindicato com base no porte da empresa (Tema 488 da Repercussão Geral do STF)	896
3.1.2. Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT	897
3.1.3. Livre filiação dos trabalhadores	900
3.1.4. Organização do sindicato	901
3.1.4.1. Dos limites da intervenção estatal na organização interna dos sindicatos	901
3.1.4.2. Órgãos do sindicato	903
3.2. Custeio do sindicato	905
3.2.1. Contribuição sindical	905
3.2.1.1. Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo	905
3.2.1.2. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?	906
3.2.1.3. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista	908
3.2.1.4. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical	909
3.2.1.5. Empregados sindicalizados – como fica?	911
3.2.1.6. Aspectos processuais	911
3.2.1.7. Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT	912
3.2.1.8. Autorização individual, expressa e por escrito e a MP nº 873/2019	912
3.2.1.9. Contribuição sindical e condutas antissindicais (Orientação nº 13 da CONALIS do MPT)	913
3.2.1.10. Competência da Justiça Comum para processar e julgar ações envolvendo contribuição sindical de servidores públicos estatutários	913
3.2.2. Contribuição confederativa	914
3.2.3. Contribuição assistencial	915

3.2.3.1.	Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição (IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000).....	917	4.5.	Litisconsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenham como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho..	944
3.2.3.2.	Do papel da Justiça do Trabalho diante de cobranças abusivas	918	4.5.1.	Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista).....	945
3.2.3.3.	TAC sobre contribuição assistencial firmado anteriormente ao Tema nº 935 da Repercussão Geral do STF.....	918	4.5.2.	Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo	946
3.2.3.4.	Repasse de contribuições das empresas diretamente ao sindicato da categoria profissional	919	4.6.	Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 do STF)	947
3.2.4.	Mensalidade sindical	920	4.6.1.	Rol taxativo de limitação à negociação coletiva.....	957
3.3.	Federação e confederação	920	4.6.2.	Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS	958
3.4.	Centrais sindicais.....	921	4.6.3.	Seguro-desemprego.....	958
4.	Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo ..	922	4.6.4.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	958
4.1.	Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista) ⁶¹	924	4.6.5.	Salário mínimo	958
4.1.1.	Tema 1046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado .	927	4.6.6.	Valor nominal do 13º salário.....	959
4.2.	Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) de valorização do negociado.....	928	4.6.7.	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno	959
4.2.1.	Jornada de Trabalho	930	4.6.8.	Proteção do salário	959
4.2.2.	Banco de horas.....	930	4.6.9.	Salário-família	960
4.2.3.	Intervalo Intrajornada.....	931	4.6.10.	Repouso semanal remunerado.....	960
4.2.4.	Programa Seguro-Emprego	932	4.6.11.	Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.....	961
4.2.5.	Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança..	933	4.6.12.	Direito de férias e duração	961
4.2.6.	Regulamento de empresa.....	934	4.6.13.	Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias	961
4.2.7.	Representante dos trabalhadores no local de trabalho	934	4.6.14.	Licença-paternidade	962
4.2.8.	Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente	934	4.6.15.	Proteção do mercado de trabalho da mulher.....	963
4.2.9.	Remuneração por produtividade e por desempenho individual	935	4.6.16.	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de, no mínimo, 30 dias.....	964
4.2.10.	Registro de Jornada	936	4.6.17.	Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego	964
4.2.11.	Troca de dia dos feriados	936	4.6.18.	Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas	964
4.2.12.	Enquadramento do grau de insalubridade.....	936	4.6.19.	Aposentadoria.....	965
4.2.13.	Prorrogação da jornada em ambientes insalubres.....	938	4.6.20.	Seguro contra acidentes de trabalho....	965
4.2.14.	Prêmios e incentivos.....	939	4.6.21.	Prescrição.....	965
4.2.15.	Participação nos lucros ou resultados da empresa	940	4.6.22.	Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência.....	966
4.3.	Discussões sobre os limites da flexibilização trabalhista por instrumento coletivo	940	4.6.23.	Trabalho do adolescente e Medidas de proteção legal às crianças e adolescentes.....	966
4.3.1.	Natureza salarial da parcela recebida ...	942	4.6.24.	Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.....	967
4.3.2.	Alteração prejudicial do contrato de trabalho	942	4.6.25.	Liberdade de associação profissional ou sindical.....	967
4.3.3.	Pagamento parcelado de gratificações.	942	4.6.26.	Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista	967
4.3.4.	Fracionamento de férias.....	942	4.6.27.	Direito de greve e serviços essenciais...	968
4.3.5.	Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT	943	4.6.28.	Tributos e outros créditos de terceiros .	968
4.4.	Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	943	4.6.29.	Proteção do trabalho da mulher	969

4.6.30. Regras sobre duração do trabalho e intervalos	969
4.7. Dispensa em massa (Reforma Trabalhista).....	970
4.8. Requisitos formais da negociação coletiva	972
4.9. Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	974
4.9.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST.....	975
4.9.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST.....	976
4.9.3. Liminar do STF (APDF 323/DF)	977
4.9.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista	978
4.9.5. Decisão final do STF (APDF 323/DF)	979
4.9.6. Sentença normativa.....	979
5. Greve.....	980
5.1. Introdução	980
5.2. Interesses defendidos na greve.....	982
5.3. Direitos e deveres dos grevistas.....	982
5.4. Greve em serviços essenciais.....	983
5.5. Requisitos para o exercício do direito de greve.	984
5.6. Greve no serviço público	985
6. Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista).....	988
6.1. Composição da comissão de representantes.....	989
6.2. Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados	990
6.3. Eleição dos representantes dos empregados.....	991
6.4. Mandato do membro da comissão de representantes do empregado.....	993
6.4.1. Estabilidade do membro da comissão de representantes	993
6.4.2. Guarda de documentos.....	994
7. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista	994
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	995
9. Informativos do TST.....	996
10. Legislação relacionada ao capítulo.....	1008
11. Questões fundamentadas.....	1008
12. Meu resumo para memorização do Capítulo	1022
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1022
3. Convenções e recomendações internacionais do trabalho	1041
3.1. Natureza jurídica.....	1042
3.2. Ciclo de vida das convenções e recomendações da OIT	1044
3.2.1. Processo de elaboração e aprovação de uma convenção da OIT	1044
3.2.2. Processo de ratificação e aplicação de uma convenção da OIT.....	1047
3.2.3. Vigência de uma convenção da OIT ...	1049
3.2.4. Revisão de uma convenção da OIT.....	1050
3.2.5. Denúncia de uma convenção da OIT .	1050
4. Core obligations e as Convenções Fundamentais da OIT.....	1051

☉ PARTE II

PROCESSO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

FONTES E INTEGRAÇÃO. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO

1. Fontes e integração	1059
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço	1060
2.1. Eficácia no tempo	1060
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	1061
2.1.1.1. Honorários Periciais.....	1063
2.1.1.2. Honorários Advocatícios.....	1063
2.1.1.3. Recursos.....	1063
2.2. Eficácia no espaço.....	1064
3. Princípios.....	1064
3.1. Introdução	1064
3.2. Princípios do processo do trabalho.....	1064
3.2.1. Princípio da proteção	1065
3.2.2. Princípio da conciliação.....	1065
3.2.3. Princípio do jus postulandi	1065
3.2.4. Princípio da oralidade	1066
3.2.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	1066
3.2.6. Princípio da extrapetição	1066
3.2.7. Princípio da simplicidade.....	1067
3.3. Princípios do Código de Processo Civil	1067
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	1067
3.3.2. Princípio da cooperação.....	1067
3.3.3. Princípio da boa-fé.....	1068
3.4. Outros princípios processuais.....	1068
3.4.1. Princípio dispositivo	1068
3.4.2. Princípio inquisitivo	1068
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição...	1068
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas	1069

CAPÍTULO XII

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO (CONVENÇÕES DA OIT)....

1. Introdução.....	1031
2. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	1033
2.1. Histórico da OIT	1033
2.2. Definição, natureza jurídica e finalidades	1036
2.3. Estrutura tripartite	1037
2.4. Composição e competências.....	1040

3.4.5. Princípio da preclusão	1069
4. Legislação relacionada ao capítulo	1069
5. QUESTÕES FUNDAMENTADAS	1069
6. meu resumo para memorização do capítulo	1071
6.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1071

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Introdução	1075
2. Tribunal Superior do Trabalho	1075
3. Tribunais Regionais do Trabalho	1077
4. Juízes do trabalho	1078
5. Ingresso na carreira	1079
6. Garantias dos juízes	1079
7. Vedações dos juízes	1079
8. DEVERES E PODERES DOS JUÍZES	1080
9. “Juízo 100% Digital”	1080
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	1081
10.1. Secretarias das varas do trabalho	1081
10.2. Secretarias dos tribunais	1082
10.3. Serviços de distribuição de feitos	1082
10.4. Oficiais de justiça avaliadores	1083
11. Legislação relacionada ao capítulo	1083
12. Questões fundamentadas	1084
13. Meu resumo para memorização do Capítulo	1085
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1085

CAPÍTULO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

1. Ministério público: Conceito	1087
2. Organização	1087
3. Ministério público do trabalho	1088
4. Princípios institucionais	1089
4.1. Unidade	1089
4.2. Indivisibilidade	1089
4.3. Independência funcional	1089
4.4. Promotor natural	1089
5. Atribuições do ministério público do trabalho	1089
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo ministério público	1090
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1091
8. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1091

9. legislação relacionada ao capítulo	1092
10. Questões fundamentadas	1092
11. Meu resumo para memorização do Capítulo	1094
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1095

CAPÍTULO IV

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO

1. Formas de solução de conflitos	1097
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição)	1097
2.1. Mediação e Conciliação	1097
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	1099
2.2.1. Introdução	1099
2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa	1099
2.2.3. Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia	1100
2.2.4. Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP	1100
2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial	1101
3. Arbitragem	1101
4. Jurisdição	1101
4.1. Jurisdição voluntária	1101
4.2. Jurisdição voluntária no processo do trabalho ..	1102
4.3. Procedimento da homologação de acordo extrajudicial	1102
4.3.1. Petição conjunta	1102
4.3.2. Representação por advogado	1102
4.3.3. Prazo para analisar o acordo extrajudicial	1103
4.3.4. Realização de audiência	1103
4.3.5. Sentença	1103
4.3.6. Requisitos do acordo extrajudicial	1103
4.3.6.1. Transação	1103
4.3.6.2. Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias	1104
4.3.6.3. Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho)	1104
4.3.7. Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional	1105
5. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1106
6. Legislação relacionada ao capítulo	1107
7. QUESTÕES FUNDAMENTADAS	1107
8. Meu resumo para memorização do Capítulo	1108
8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1108

CAPÍTULO V**COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1109
1. Competência	1109
1.1. Introdução	1109
1.2. Competência absoluta e relativa	1110
1.2.1. Competência absoluta	1110
1.2.2. Competência relativa	1110
1.2.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa	1111
2. Critérios de modificação da competência	1111
2.1. Conexão e continência	1111
3. Competência em razão da matéria e da pessoa	1112
3.1. Ações oriundas da relação do trabalho	1113
3.1.1. Relações de consumo	1113
3.1.2. Honorários advocatícios	1114
3.1.3. Ações Penais	1114
3.1.4. Representantes Comerciais	1114
3.1.5. Motoristas de Aplicativo	1114
3.1.6. Transportadores autônomos	1115
3.2. Entes de direito público externo	1115
3.2.1. Estados estrangeiros	1115
3.2.2. Organismos ou organizações internacionais	1116
3.3. Servidores da administração pública	1116
3.3.1. Relação empregatícia	1117
3.3.2. Vínculo estatutário	1117
3.3.3. Vínculo temporário	1118
3.3.4. Cargo em comissão	1118
3.3.5. Alteração do regime de contratação	1118
3.3.5.1. Empregados contratados antes da CF/88, sem submissão do concurso público	1118
3.3.5.2. Contratação sem concurso público após a CF/88	1119
3.4. Competência trabalhista perante a greve	1119
3.4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	1119
3.5. Ações envolvendo sindicatos	1120
3.6. Mandado de segurança, habeas corpus e habeas data	1121
3.6.1. Mandado de segurança	1121
3.6.2. Habeas Corpus	1121
3.6.3. Habeas Data	1122
3.7. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	1122
3.8. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	1123
3.9. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	1123
3.10. Outras competências da Justiça do Trabalho	1124
3.11. Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho	1124
3.12. Competência normativa	1124
4. Competência funcional	1125
5. Competência em razão do lugar (territorial)	1125
5.1. Local da prestação dos serviços	1126
5.1.1. Prestação de serviços em diversas localidades	1126
5.2. Agente ou viajante comercial	1126
5.3. Empregado brasileiro que trabalha no exterior	1126
5.4. Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	1127
5.5. Competência Territorial na Ação Civil Pública	1127
5.6. Foro de eleição	1128
6. Conflitos de competência	1129
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1130
8. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1131
9. legislação relacionada ao capítulo	1143
10. Questões fundamentadas	1143
11. Meu resumo para memorização do Capítulo	1148
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1149

CAPÍTULO VI**PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO**

PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO	1151
1. Conceito	1151
2. Capacidade de ser parte	1151
3. Capacidade processual	1151
3.1. Representação	1152
3.1.1. Incapazes	1152
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas	1153
3.1.3. Representação em audiência	1154
4. Capacidade postulatória e o jus postulandi	1155
5. Representação por advogado	1156
5.1. Substabelecimento	1157
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento	1157
5.3. Mandato tácito	1158
5.4. Estagiário	1158
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	1159
5.6. Regularização da representação	1160
6. Honorários advocatícios	1161
6.1. Honorários advocatícios sucumbenciais	1161
7. benefício da justiça gratuita	1163
7.1. Conceito	1163
7.2. Características do benefício da justiça gratuita	1163
7.3. Sujeitos beneficiários	1165
7.4. Abrangência da gratuidade	1165
7.5. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	1166
8. Litisconsórcio	1166
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	1169
9. Substituição processual	1169
10. Sucessão processual	1170

11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo	1171
12. Litigância de má-fé.....	1171
12.1. Beneficiário da justiça gratuita.....	1172
12.2. Direito intertemporal (Lei nº 13.467/17)	1172
13. Assédio processual	1173
14. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe.....	1173
14.1. Procedimento.....	1174
14.2. Coronavírus e fato do príncipe	1174
15. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1175
16. Informativos do TST relacionados ao Tema.....	1177
17. Legislação relacionada ao capítulo	1187
18. Questões fundamentadas.....	1187
19. Meu resumo para memorização do Capítulo	1189
19.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1190

CAPÍTULO VII

ATOS PROCESSUAIS

1. Introdução.....	1193
2. Comunicação dos atos processuais	1194
2.1. Formas de citação.....	1194
2.2. Formas de intimação	1196
3. Prazos processuais.....	1197
3.1. Princípios dos prazos processuais	1198
3.2. Contagem dos prazos processuais	1198
3.2.1. Contagem em dias úteis	1199
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	1199
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	1200
3.2.4. Interrupção e suspensão	1201
3.2.4.1. Recesso forense	1201
3.3. Prazos diferenciados.....	1202
3.4. Principais prazos processuais.....	1203
4. Despesas processuais.....	1203
4.1. Custas processuais	1204
4.1.1. Valor das custas processuais.....	1204
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas	1205
4.1.3. Momento do recolhimento das custas	1205
4.1.4. Isentos do pagamento das custas.....	1205
4.2. Valor dos emolumentos	1206
4.3. Honorários periciais.....	1206
5. Negócio jurídico processual.....	1207
6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1208
7. Informativos do TST relacionados ao Tema	1210
8. legislação relacionada ao capítulo	1211
9. Questões fundamentadas.....	1211
10. Meu resumo para memorização do capítulo	1213
10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1213

CAPÍTULO VIII

NULIDADES PROCESSUAIS

1. Vícios processuais: classificação	1217
2. Princípios das nulidades processuais.....	1217
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	1217
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	1218
2.3. Princípio da economia processual.....	1218
2.4. Princípio do interesse	1218
2.5. Princípio da utilidade	1218
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas	1219
3. Quadro resumido.....	1219
4. Informativos do tst relacionados ao tema	1219
5. Legislação relacionada ao capítulo	1220
6. Questões fundamentadas.....	1220
7. Meu resumo para memorização do Capítulo	1221
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1221

CAPÍTULO IX

PETIÇÃO INICIAL

1. Formas de reclamação	1223
2. Requisitos da petição inicial	1223
2.1. Causa de pedir (breve exposição dos fatos).....	1224
2.2. Pedido.....	1224
2.2.1. Requisitos do pedido.....	1225
2.2.2. Cumulação de pedidos.....	1225
3. Aditamento e emenda da petição inicial	1226
4. Indeferimento da petição inicial	1227
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial.....	1228
5. Improcedência liminar do pedido.....	1228
6. Desistência da reclamação	1229
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	1230
7. Informativos do TST relacionados ao Tema	1230
8. Legislação relacionada ao capítulo	1232
9. Questões fundamentadas.....	1232
10. Meu resumo para memorização do Capítulo	1233
10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1233

CAPÍTULO X

AUDIÊNCIAS

1. Generalidades	1235
2. Atraso na audiência.....	1236
3. Fracionamento da audiência	1237
4. Comparecimento das partes	1237

4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto	1237
4.2. Ausência do reclamante	1238
4.3. Ausência do reclamado	1239
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público	1239
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	1239
5. Suspensão da audiência	1241
6. AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS E POR VIDEOCONFERÊNCIA	1241
6.1. Distinção	1241
6.2. Audiência por videoconferência	1242
6.3. Audiência telepresencial	1244
6.4. Regras comuns	1244
6.5. Sustentação oral	1245
7. Acordo judicial	1245
8. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1246
9. Informativo do TST Relacionado ao Tema	1247
10. legislação relacionada ao capítulo	1249
11. Questões fundamentadas	1249
12. Meu resumo para memorização do Capítulo	1252
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1252

CAPÍTULO XI

RESPOSTA DO RÉU

1. Introdução	1255
2. Contestação	1256
2.1. Defesas processuais	1256
2.1.1. Incompetência relativa	1256
2.1.2. Legitimidade	1256
2.2. Defesas de mérito	1257
2.2.1. Compensação x dedução x retenção	1258
2.3. Princípios	1259
2.3.1. Princípio da impugnação específica	1259
2.3.2. Princípio da eventualidade	1259
2.4. Revelia	1259
2.4.1. Não produção dos efeitos da revelia	1260
2.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	1260
3. Exceções	1261
3.1. Exceção de impedimento e suspeição	1262
3.1.1. Momento de Alegação	1263
3.1.2. Procedimento	1263
3.2. Exceção de incompetência (relativa)	1264
3.2.1. Prazo para apresentação	1265
3.2.2. Necessidade de indicação do juízo competente	1266
3.2.3. Suspensão do processo	1266
3.2.4. Contraditório	1266
3.2.5. Produção de prova oral	1266
3.2.6. Decisão da exceção de incompetência.	1266
3.2.7. Recorribilidade da decisão proferida na exceção	1267
3.2.8. Fluxograma	1267
4. Reconvenção	1268
5. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1268
6. Informativos do TST relacionados ao Tema	1269
7. Legislação relacionada ao capítulo	1269
8. Questões fundamentadas	1269
9. Meu resumo para memorização do Capítulo	1270
9.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1271

CAPÍTULO XII

PROVAS

1. Introdução	1273
2. Princípios da prova	1274
2.1. Contraditório e ampla defesa	1274
2.2. Necessidade	1274
2.3. Oralidade	1275
2.4. Imediação	1275
2.5. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	1275
3. Classificação	1276
4. Ônus da prova	1276
4.1. Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional)	1277
4.1.1. Teoria Estática do ônus da prova	1277
4.1.2. Teoria dinâmica do ônus da prova	1277
4.1.2.1. Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova	1278
4.1.2.2. Fundamentação da decisão ..	1278
4.1.2.3. Prova impossível ou excessivamente difícil	1278
4.1.3. Distribuição convencional do ônus da prova	1279
4.2. Casos específicos na jurisprudência do TST	1279
4.2.1. Equiparação salarial	1279
4.2.2. Recebimento da notificação	1279
4.2.3. Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	1280
4.2.4. Horas extraordinárias	1280
4.2.4.1. Registro de ponto por exceção ..	1282
4.2.5. Dispensa discriminatória de portador de doença grave	1282
4.2.6. Vale-transporte	1283
4.2.7. Diferenças no recolhimento do FGTS ...	1283
4.2.8. Grupo econômico	1284
4.2.9. Terceirização pela administração pública	1284
5. Prova emprestada	1285
6. Meios de prova	1285
6.1. Interrogatório e depoimento pessoal	1286
6.1.1. Confissão	1287
6.2. Prova testemunhal	1288
6.2.1. Generalidades	1288

6.2.2. Quem pode testemunhar?.....	1289
6.2.3. Número máximo de testemunhas.....	1290
6.2.4. Comparecimento das testemunhas em audiência	1290
6.2.5. Procedimento.....	1290
6.2.6. Multa aplicada à testemunha	1292
6.2.7. Instauração de incidente.....	1292
6.3. Prova documental.....	1293
6.3.1. Falsidade de documento.....	1294
6.4. Prova pericial.....	1294
6.5. Inspeção judicial	1297
7. Provas e a lei geral de proteção de dados (LGPD) ...	1297
8. Encerramento da instrução	1298
9. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1299
10. Informativos do TST Relacionado ao Tema	1300
11. legislação relacionada ao capítulo.....	1307
12. Questões fundamentadas.....	1307
13. Meu resumo para memorização do Capítulo	1311
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1312

CAPÍTULO XIII**SENTENÇA E COISA JULGADA** 1315

1. Pronunciamentos judiciais.....	1315
1.1. Sentença	1315
1.2. Decisão Interlocutória	1316
1.3. Despacho.....	1316
1.4. Acórdão.....	1316
2. Requisitos da sentença	1316
2.1. Fundamentação	1317
3. Classificação	1319
4. Princípio da congruência	1320
5. Publicação e intimação	1321
6. Julgamento Antecipado.....	1322
6.1. Julgamento Antecipado Total.....	1322
6.2. Julgamento Parcial do Mérito.....	1322
7. Efeitos anexos da sentença.....	1323
7.1. Hipoteca Judiciária	1323
8. Coisa Julgada	1324
9. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1325
10. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1325
11. legislação relacionada ao capítulo.....	1326
12. Meu resumo para memorização do Capítulo	1327
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1327

CAPÍTULO XIV**TUTELA PROVISÓRIA** 1329

1. Tutela provisória	1329
1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência	1330
2. Tutelas de urgência	1330

2.1. Requisitos para concessão	1331
2.2. Formas de requerimento.....	1332
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	1333
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada.....	1333
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	1334
3. Tutela de evidência	1334
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	1334
4. Momento de concessão e meios de impugnação.....	1335
5. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1336
6. INFORMATIVOS DO TST RELACIONADOS AO TEMA	1336
7. legislação relacionada ao capítulo.....	1337
8. Questões fundamentadas.....	1337
9. Meu resumo para memorização do Capítulo	1338
9.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1338

CAPÍTULO XV**PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO** 1341

1. Procedimento Sumaríssimo	1341
1.1. Incidência	1341
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação.....	1341
1.3. Audiência.....	1342
1.4. Sentença.....	1342
1.5. Recursos.....	1342
1.5.1. Recurso ordinário.....	1342
1.5.2. Recurso de revista.....	1343
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência).....	1343
2. Procedimento Sumário	1343
3. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	1344
4. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1344
5. legislação relacionada ao capítulo.....	1344
6. Questões fundamentadas.....	1344
7. Meu resumo para memorização do Capítulo	1345
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1346

CAPÍTULO XVI**RECURSOS TRABALHISTAS.....** 1347

1. Teoria geral dos recursos	1347
1.1. Meios de impugnação.....	1347
1.2. Conceito de recurso.....	1347
1.3. Classificação	1348
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	1348
1.3.2. Quanto à fundamentação.....	1348

1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	1348	1.8. Efeitos recursais.....	1373
1.3.4. Quanto à independência.....	1349	1.8.1. Efeito obstativo	1373
1.3.5. Resumo das classificações.....	1350	1.8.2. Efeito devolutivo	1373
1.4. Princípios recursais	1350	1.8.3. Efeito suspensivo	1375
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição... ..	1350	1.8.4. Efeito translativo	1375
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade)... ..	1351	1.8.5. Efeito regressivo.....	1376
1.4.3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade).....	1351	1.8.6. Efeito expansivo.....	1376
1.4.4. Princípio da consumação	1351	1.8.7. Efeito substitutivo.....	1377
1.4.5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade)	1351	1.9. Remessa Necessária.....	1377
1.4.6. Princípio da dialeticidade.....	1352	2. Recursos em espécie	1378
1.4.7. Princípio da voluntariedade.....	1353	2.1. Embargos de declaração.....	1378
1.4.8. Princípio da proibição da reformatio in pejus.....	1353	2.1.1. Introdução	1378
1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	1353	2.1.2. Competência	1379
1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	1354	2.1.3. Prazo para interposição.....	1379
1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1355	2.1.4. Hipóteses de cabimento	1379
1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista.....	1357	2.1.5. Pronunciamentos recorríveis	1380
1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial.....	1357	2.1.6. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1380
1.5.2. Poderes do relator.....	1358	2.1.7. Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator.....	1381
1.6. Pressupostos recursais.....	1359	2.1.8. Embargos de declaração protelatórios	1382
1.6.1. Introdução	1359	2.1.9. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios.....	1382
1.6.2. Cabimento	1360	2.2. Recurso ordinário.....	1383
1.6.3. Legitimidade para recorrer	1360	2.2.1. Introdução	1383
1.6.4. Interesse em recorrer.....	1360	2.2.2. Hipóteses de cabimento	1383
1.6.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	1360	2.2.3. Juízo de retratação	1384
1.6.5.1. Aceitação da decisão	1360	2.2.4. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	1384
1.6.5.2. Renúncia	1361	2.2.5. Recurso ordinário no rito sumaríssimo	1385
1.6.5.3. Desistência.....	1361	2.3. Agravo de petição.....	1385
1.6.6. Tempestividade.....	1361	2.3.1. Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1386
1.6.6.1. Intempestividade	1362	2.4. Recurso de revista.....	1387
1.6.7. Representação.....	1362	2.4.1. Introdução	1387
1.6.8. Preparo.....	1365	2.4.2. Prazo	1387
1.6.8.1. Custas processuais	1365	2.4.3. Competência para julgamento.....	1387
1.6.8.2. Depósito recursal	1367	2.4.4. Pressupostos específicos de admissibilidade	1388
1.6.8.2.1. Generalidades.....	1367	2.4.4.1. Pquestionamento	1388
1.6.8.2.2. Prazo para recolhimento e comprovação	1367	2.4.4.2. Transcendência.....	1389
1.6.8.2.3. Depósito em conta vinculada ao juízo.....	1368	2.4.4.2.1. Direito intertemporal.....	1390
1.6.8.2.4. Correção monetária	1368	2.4.5. Hipóteses de cabimento	1390
1.6.8.2.5. Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro-garantia judicial... ..	1368	2.4.5.1. Divergência jurisprudencial	1391
1.6.8.2.6. Valor do depósito recursal.....	1369	2.4.5.1.1. Incidente de uniformização trabalhista.....	1393
1.6.8.2.7. Redução do valor do depósito recursal pela metade	1371	2.4.5.1.1.1. Direito intertemporal.....	1394
1.6.8.2.8. Recursos que exigem o depósito recursal.....	1371	2.4.5.2. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal	1394
1.6.8.2.9. Diferença no recolhimento do depósito recursal.....	1372	2.4.6. Rito sumaríssimo.....	1395
1.6.8.2.10. Isenção do depósito recursal	1372	2.4.7. Fase de execução	1395
1.6.9. Regularidade formal	1372	2.4.8. Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista.....	1395
1.7. Juntada de documentos	1373	2.4.9. Recurso de revista de causas repetitivas.....	1396
		2.4.9.1. Introdução	1396
		2.4.9.2. Requisitos.....	1396
		2.4.9.3. Processamento	1396

2.4.9.3.1. Competência	1396	4.6. Requisitos	1414
2.4.9.3.2. Proposta de afetação	1396	4.7. Procedimento	1414
2.4.9.3.3. Decisão de afetação	1397	4.8. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência	1415
2.4.9.3.4. Suspensão de outros recursos	1397	4.9. Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência	1415
2.4.9.3.5. Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho	1397	4.10. Assunção de competência no TST	1416
2.4.9.3.6. Julgamento	1398	5. Reclamação	1417
2.4.9.3.7. Efeito do julgamento para os processos futuros	1399	5.1. Introdução	1417
2.4.9.3.8. Desistência da ação em curso no primeiro grau	1399	5.2. Natureza Jurídica	1417
2.4.9.4. Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos	1399	5.3. Cabimento	1417
2.5. Embargos no TST	1400	5.4. Legitimidade	1418
2.5.1. Introdução	1400	5.5. Procedimento	1418
2.5.2. Embargos infringentes	1400	5.6. Recursos da decisão da reclamação	1418
2.5.3. Embargos de divergência (embargos à SDI)	1400	6. Reclamação correicional	1418
2.5.3.1. Introdução	1400	7. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1420
2.5.3.2. Prazo	1400	8. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1429
2.5.3.3. Competência para julgamento	1401	9. legislação relacionada ao capítulo	1458
2.5.3.4. Prequestionamento	1401	10. QUESTÕES FUNDAMENTADAS	1458
2.5.3.5. Hipóteses de cabimento	1401	11. Meu resumo para memorização do Capítulo	1466
2.5.3.6. Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	1402	11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1466
2.5.3.7. Embargos de divergência no rito sumaríssimo	1402		
2.5.3.8. Embargos de divergência na fase executiva	1402		
2.5.3.9. Antigo recurso de embargos de nulidade	1403		
2.6. Agravo de instrumento	1403		
2.6.1. Cabimento	1403		
2.6.2. Prazo	1404		
2.6.3. Competência	1404		
2.6.4. Pressupostos recursais	1404		
2.6.4.1. Formação do instrumento	1404		
2.6.5. Juízo de retratação	1405		
2.7. Agravo interno e regimental	1405		
2.7.1. Multa no agravo interno	1406		
2.8. Recurso extraordinário	1407		
2.8.1. Recurso extraordinário repetitivo	1408		
3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1410		
3.1. Microsistema de julgamentos de causas repetitivas	1410		
3.2. Natureza Jurídica	1410		
3.3. Cabimento e requisitos	1410		
3.4. Competência	1411		
3.5. Legitimidade	1411		
3.5.1. Desistência ou abandono	1411		
3.6. Procedimento	1411		
3.7. Meios de impugnação do julgamento do IRDR	1412		
4. Incidente de Assunção de Competência	1413		
4.1. Introdução	1413		
4.2. Cabimento	1413		
4.3. Competência	1414		
4.4. Legitimidade	1414		
4.5. Objetivos	1414		

CAPÍTULO XVII**LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA** 1475

1. Introdução	1475
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal	1475
3. Modalidades de liquidação	1476
3.1. Liquidação por cálculos	1476
3.1.1. Procedimento	1476
3.2. Liquidação por arbitramento	1476
3.3. Liquidação por artigos	1477
4. Juros e correção monetária	1477
4.1. Modulação de efeitos	1479
4.2. Condenação em face da Fazenda Pública	1480
5. Impugnação da decisão de liquidação	1480
6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	1482
7. Informativos do TST relacionados ao Tema	1483
8. legislação relacionada ao capítulo	1486
9. QUESTÕES FUNDAMENTADAS	1486
10. Meu resumo para memorização do Capítulo	1487
10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1487

CAPÍTULO XVIII**EXECUÇÃO TRABALHISTA** 1489

1. Introdução	1489
2. Título executivo	1489
2.1. Títulos judiciais	1490
2.2. Títulos extrajudiciais	1490

3. Execução provisória e definitiva.....	1490	8.6.1. Embargos à execução.....	1515
4. Competência.....	1491	8.6.1.1. Natureza Jurídica.....	1515
5. Legitimidade.....	1492	8.6.1.2. Prazo.....	1515
5.1. Legitimidade ativa.....	1492	8.6.1.3. Competência.....	1516
5.1.1. Execução de ofício.....	1492	8.6.1.4. Matérias passíveis de alegação (objeto).....	1516
5.2. Legitimidade passiva.....	1492	8.6.1.5. Efeito Suspensivo dos embar- gos.....	1516
6. Responsabilidade patrimonial.....	1493	8.6.1.6. Procedimento.....	1517
6.1. Responsabilidade do sucessor.....	1494	8.6.2. Exceção de pré-executividade.....	1517
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização..	1494	8.6.3. Impugnação à decisão de liquidação ...	1517
6.3. Responsabilidade do sócio.....	1496	8.6.4. Embargos de terceiros.....	1517
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica.....	1496	8.6.4.1. Generalidades.....	1517
6.3.1.1. Esquema do incidente de desconsideração da personali- dade jurídica.....	1498	8.6.4.2. Prazo.....	1518
6.3.2. Responsabilidade do ex-sócio.....	1498	8.6.4.3. Competência.....	1518
6.4. Responsabilidade da empresa integrante do Grupo Econômico.....	1499	8.7. Prescrição intercorrente.....	1519
6.5. Responsabilidade do cônjuge.....	1499	8.8. Expropriação de bens.....	1519
7. Fraude contra credores e fraude à execução.....	1499	8.8.1. Adjudicação.....	1520
7.1. Fraude contra credores.....	1500	8.8.2. Arrematação.....	1520
7.2. Fraude à execução.....	1500	8.8.2.1. Introdução.....	1520
7.2.1. Bens sujeitos a registro.....	1501	8.8.2.2. Legitimidade.....	1521
7.3. Principais diferenças.....	1502	8.8.2.3. Publicidade.....	1521
8. Execução por quantia certa.....	1502	8.8.2.4. Lance.....	1521
8.1. Introdução.....	1502	8.8.2.5. Pagamento.....	1522
8.2. Citação.....	1502	8.8.2.6. Pagamento parcelado.....	1522
8.3. Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória.....	1503	8.8.2.6.1. Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado.....	1522
8.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhis- tas.....	1504	8.8.2.6.2. Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado.....	1523
8.3.2. Protesto.....	1505	8.8.3. Meios de impugnação da expropriação	1524
8.3.3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASA- JUD).....	1505	8.9. Esquema da execução contra devedor solvente	1525
8.4. Nomeação de bens.....	1505	8.10. Remição da execução.....	1525
8.5. Penhora.....	1506	8.11. Execução de prestações sucessivas.....	1526
8.5.1. Depositário.....	1507	9. Execução de obrigação de fazer e de não fazer.....	1526
8.5.2. Penhora em dinheiro.....	1508	9.1. Título judicial.....	1526
8.5.2.1. Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line).....	1508	9.2. Título extrajudicial.....	1527
8.5.2.2. Seguro garantia judicial e fian- ça bancária.....	1509	10. Execução de contribuições previdenciárias.....	1528
8.5.2.3. Requisitos para apólice do seguro garantia judicial e da fiança bancária.....	1510	11. Execução contra a massa falida.....	1530
8.5.3. Penhora sobre parte da renda de esta- belecimento comercial.....	1511	12. Execução Contra Empresa em Recuperação Judicial ..	1531
8.5.4. Penhora anterior à sucessão pela admi- nistração pública direta.....	1511	13. Execução contra a fazenda pública.....	1532
8.5.5. Bens impenhoráveis.....	1512	13.1. Introdução.....	1532
8.5.5.1. Impenhorabilidade da remu- neração do executado.....	1512	13.2. Precatório.....	1533
8.5.5.2. Impenhorabilidade do bem de família.....	1514	13.2.1. Ordem preferencial.....	1534
8.6. Defesa na execução.....	1515	13.2.2. Preterição e não inclusão no orçamento	1534
		13.3. Requisição de pequeno valor.....	1535
		14. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1536
		15. Informativos do TST Relacionados ao Tema.....	1537
		16. legislação relacionada ao capítulo.....	1556
		17. Questões fundamentadas.....	1556
		18. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1562
		18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1562

CAPÍTULO XIX**DISSÍDIO COLETIVO** 1565

1. Conceito.....	1565
2. Classificação	1565
3. Poder normativo	1566
3.1. Limites.....	1566
3.1.1. Limite mínimo.....	1566
3.1.2. Limite máximo	1566
4. Competência	1567
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público..	1567
5. Legitimidade	1567
6. Pressupostos processuais específicos	1568
6.1. Negociação prévia	1568
6.2. Autorização em assembleia	1568
6.3. Comum acordo	1569
6.4. Época própria para ajuizamento	1569
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	1569
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	1569
7. Procedimento.....	1569
8. Sentença normativa	1570
8.1. Conceito e natureza jurídica	1570
8.2. Início da vigência	1571
8.3. Prazo de vigência.....	1571
8.4. Extensão	1571
9. Coisa julgada.....	1571
10. Recursos	1572
10.1. Efeito suspensivo	1572
11. Dissídio revisional	1572
12. Dissídio coletivo na administração pública.....	1572
13. Ação de cumprimento	1573
13.1. Natureza jurídica.....	1573
13.2. Cabimento	1573
13.3. Competência	1573
13.4. Legitimidade	1574
13.5. Momento do ajuizamento	1574
13.6. Prescrição.....	1574
13.7. Objeto	1574
13.8. Coisa julgada	1574
14. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1575
15. Informativos do TST Relacionados ao Tema.....	1576
16. legislação relacionada ao capítulo.....	1581
17. QUESTÕES FUNDAMENTADAS	1582
18. Meu resumo para memorização do Capítulo	1585
18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1585

CAPÍTULO XX**PROCEDIMENTOS ESPECIAIS** 1589

1. Inquérito para apuração de falta grave	1589
1.1. Cabimento	1589
1.2. Prazo para propositura	1589

1.3. Procedimento.....	1590
1.4. Efeitos da sentença.....	1590
1.5. Informativos do TST relacionados ao tema	1591
1.6. Legislação relacionada ao tema	1591
1.7. Questões fundamentadas	1592
1.8. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1593
1.8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1593
2. Ação Civil Pública.....	1593
2.1. Introdução	1593
2.2. Cabimento	1593
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	1594
2.4. Competência	1595
2.5. Legitimidade	1596
2.6. Litisconsórcio.....	1597
2.7. Objeto	1597
2.8. Tutelas de urgência.....	1598
2.9. Prescrição.....	1599
2.10. Litispendência	1599
2.11. Instrução	1600
2.12. Sentença	1600
2.13. Coisa julgada	1600
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos.....	1601
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos	1602
2.13.3. Esquema	1603
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios	1603
2.15. Informativos do TST Relacionados ao Tema.....	1603
2.16. Legislação relacionada ao tema.....	1608
2.17. Questões fundamentadas.....	1608
2.18. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1609
2.18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1609
3. Ação rescisória	1610
3.1. Introdução	1610
3.2. Competência	1610
3.3. Legitimidade	1612
3.4. Pressuposto da ação rescisória	1612
3.4.1. Trânsito em julgado.....	1613
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente.....	1613
3.5. Prazo para ajuizamento.....	1615
3.5.1. Recurso parcial	1616
3.5.2. Acordo homologado judicialmente	1616
3.6. Hipóteses de cabimento	1616
3.6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	1617
3.6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo	1618
3.6.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	1618
3.6.4. Ofensa à coisa julgada.....	1619
3.6.5. Violação manifesta de norma jurídica ..	1620

3.6.6. Prova falsa	1622	6.1. Conceito.....	1678
3.6.7. Obtenção de prova nova.....	1622	6.2. Aplicação ao processo do trabalho	1678
3.6.8. Erro de fato.....	1623	6.3. Procedimento.....	1678
3.7. Juízo rescindendo e juízo rescisório.....	1623	6.4. Legislação relacionada ao capítulo	1680
3.8. Valor da causa	1624	6.5. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1680
3.9. Depósito prévio.....	1624	6.5.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1680
3.10. Procedimento.....	1624		
3.11. Honorários advocatícios.....	1625		
3.12. Recurso	1625		
3.13. Ação rescisória de ação rescisória	1625		
3.14. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1626		
3.15. Informativos do TST relacionados ao tema.....	1633		
3.16. Legislação relacionada ao tema	1649		
3.17. Questões fundamentadas.....	1649		
3.18. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1651		
3.18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1651		
4. Mandado de segurança	1652		
4.1. Conceito.....	1652		
4.2. Legitimidade	1652		
4.2.1. Legitimidade ativa	1652		
4.2.2. Legitimidade passiva.....	1652		
4.3. Competência	1653		
4.4. Modalidades.....	1653		
4.5. Cabimento	1653		
4.6. Ato ilegal ou abuso de poder.....	1654		
4.7. Direito líquido e certo	1654		
4.8. Prazo para impetração	1655		
4.9. Petição inicial	1656		
4.10. Despacho da petição inicial.....	1656		
4.11. Informações da autoridade coatora	1656		
4.12. Parecer do Ministério Público.....	1656		
4.13. Defesa oral.....	1656		
4.14. Jus postulandi	1657		
4.15. Honorários advocatícios.....	1657		
4.16. Recurso	1657		
4.17. Reexame necessário	1657		
4.18. Mandado de segurança coletivo	1657		
4.19. Súmulas e orientações jurisprudenciais	1658		
4.20. Informativos do TST relacionados ao tema.....	1660		
4.21. Legislação relacionada ao tema	1673		
4.22. Questões fundamentadas.....	1673		
4.23. Meu resumo para memorização do Capítulo	1674		
4.23.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1674		
5. Consignação em Pagamento.....	1675		
5.1. Cabimento	1675		
5.2. Objeto	1676		
5.3. Competência	1676		
5.4. Legitimidade	1676		
5.5. Procedimento.....	1676		
5.6. Legislação relacionada ao capítulo	1677		
5.7. Informativo do TST relacionado ao tema	1677		
5.8. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1677		
5.8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1677		
6. Ação monitoria	1678		

CAPÍTULO XXI

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL

1. Introdução.....	1681
2. Sistema de peticionamento eletrônico	1682
3. Processo judicial eletrônico	1683
3.1. Introdução	1683
3.2. Assinatura digital	1684
3.3. Usuários	1684
3.3.1. Responsabilidade do usuário	1686
3.3.2. Uso inadequado do sistema	1686
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema	1686
3.5. Recebimento de arquivos	1687
3.6. Documentos	1688
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados.....	1688
3.7. Consulta.....	1689
3.7.1. Segredo de Justiça e do Sigilo.....	1689
3.8. Atos processuais.....	1689
3.8.1. Intimação, citação ou notificação.....	1689
3.8.2. Prazos processuais	1690
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais	1690
3.8.2.2. Suspensão	1691
3.8.3. Juntada de petições.....	1691
3.8.3.1. Petição inicial.....	1691
3.8.3.2. Resposta do réu.....	1692
3.8.4. Audiência.....	1692
3.8.5. Carta precatória.....	1693
3.8.6. Autos suplementares no segundo grau	1693
3.9. Administração do sistema.....	1693
3.9.1. Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	1693
3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe)	1694
3.9.2. Comitês gestores regionais (CGRPJe)	1694
3.9.3. Administrador do sistema	1695
3.9.4. Equipe de teste	1695
4. Informativos do TST.....	1696
5. Legislação relacionada ao capítulo	1696
6. Questões fundamentadas.....	1696
7. Meu resumo para memorização do Capítulo	1697
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1697

Bibliografia Parte I - Direito do Trabalho 1699

Bibliografia Parte II - Processo do Trabalho..... 1703